



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS AL/AM/CE/MG/PA/PR/RO/RR/RS/TO

Audiência Pública n.º 1/2025

Data da realização: 21 de março de 2025, às 9 horas (horário de Brasília-DF).

Tribunais participantes: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Tribunal Regional Eleitoral do Pará; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Tribunal Regional Eleitoral de Roraima; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins.

Autoridades componentes da mesa: Desembargador Presidente e Magistrado Supervisor do Núcleo de Cooperação Judiciária TRE-CE RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS; Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral TRE-CE FRANCISCO GLADYSON PONTES; Desembargador Ouvidor TRE-CE DANIEL CARVALHO CARNEIRO; Juiz Auxiliar da Presidência TRE-CE Dr. TIAGO DIAS DA SILVA; Juiz Membro e Coordenador do Núcleo de Cooperação TRE-PA, Dr. MARCUS ALAN DE MELO GOMES; Representante do Núcleo de Cooperação Judiciária da Justiça Eleitoral do Paraná, Desembargador MARCEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO, Secretária de Planejamento Estratégico e Gestão do TRE-CE, Dra. MICHELINE ELGA PESSOA DE MELO; Assistente de Gestão Estratégica do TRE-AL, Dr. HEBERTH HENRIQUE ARAÚJO PINHEIRO.

Autoridades (virtualmente presentes): Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora do Núcleo de Cooperação Judiciária da Justiça Eleitoral do Amazonas Dra. MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO; Juiz Auxiliar da Presidência e Juiz Gestor de Metas TRE-MG Dr. CARLOS DONIZETTI FERREIRA DA SILVA; Juiz Gestor de Metas do TRE-RO, Dr. GUILHERME RIBEIRO BALDAN; Juiz Auxiliar e Gestor de Metas do TRE-RR, Dr. PHILLIP BARBEUX SAMPAIO BRAGA DE MACEDO; Juiz de Cooperação do TRE-RS, Dr. VOLNEI DOS SANTOS COELHO; representando o Juiz Gestor de Metas do

TRE-TO, Dr. ALEXSANDER OGAWA e Ouvidora e Juíza de Cooperação Dra. SILVANA MARIA PARFIENIUK.

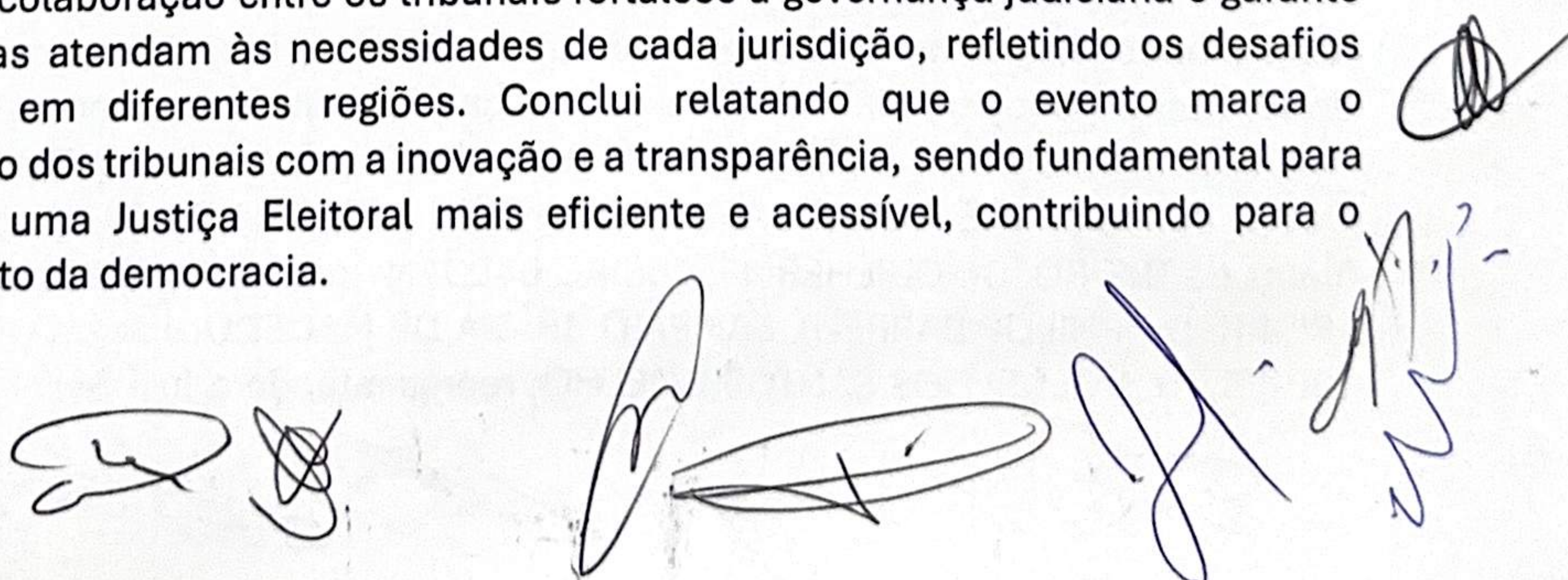
PAUTA

Elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário da Justiça Eleitoral para o ano de 2026.

ATA

Exibido o vídeo referente ao Pacto pela Linguagem Simples firmado pelo TRE-CE com o CNJ, sucedeu-se à execução do hino nacional.

Saudações iniciais pelo Desembargador Ouvidor Daniel Carvalho Carneiro, após sua audiodescrição. Em seguida, deu início a sua palavra falando da grande honra em realizar a audiência pública no II Congresso Regional Eleitoral do Cariri, um evento que simboliza o compromisso do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e dos Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Amazonas, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Tocantins, com a transparência e o fortalecimento da participação democrática na definição das Metas Nacionais da Justiça Eleitoral para 2026. Enalteceu que a audiência é fruto da cooperação judiciária entre esses tribunais, refletindo uma integração interinstitucional que reforça o compromisso com a governança participativa, a eficiência, a transparência e a inovação na gestão judiciária. Ressaltou que a Ouvidoria Regional Eleitoral do TRE-CE tem um papel essencial nessa iniciativa, promovendo o diálogo aberto entre a cidadania e a Justiça Eleitoral, alinhando as diretrizes com as necessidades e expectativas da sociedade. Mencionou que a criação das Metas Nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça em 2009, tem como objetivo aprimorar a eficiência do Judiciário, assegurar o direito à duração razoável do processo, melhorar a prestação jurisdicional e reduzir estoques processuais. A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, com seus princípios de ética, inovação e transparência, orienta os tribunais na busca por uma Justiça mais eficiente e inclusiva. Destacou também a importância da consulta pública prévia realizada pelos TREs para a formulação das Metas Nacionais da Justiça Eleitoral para 2026, o que fortalece a transparência e a participação social na definição das diretrizes. A colaboração entre os tribunais fortalece a governança judiciária e garante que as metas atendam às necessidades de cada jurisdição, refletindo os desafios enfrentados em diferentes regiões. Concluiu relatando que o evento marca o compromisso dos tribunais com a inovação e a transparência, sendo fundamental para a busca de uma Justiça Eleitoral mais eficiente e acessível, contribuindo para o fortalecimento da democracia.

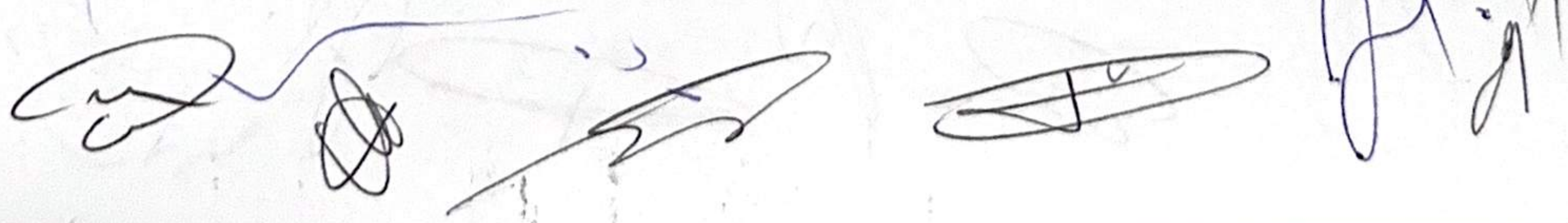


Passada a palavra para a Secretária de Planejamento que no início da sua fala fez a sua audiodescrição. Inicialmente, destaca a participação de 10 Tribunais Regionais Eleitorais na realização do evento. A Secretária apresentou os objetivos da audiência pública. Ato contínuo, foi apresentado o desempenho dos TRE-AL, TRE-AM, TRE-CE, TRE-MG, TRE-PA, TRE-PR, TRE-RO, TRE-RR, TRE-RS e TRE-TO com relação ao cumprimento das Metas 1, 2, 4 e 9 aplicadas no ano de 2024, discorrendo e apresentando a performance do cumprimento de cada meta aplicável à Justiça Eleitoral, destacando o cumprimento da Meta 1 por todos os Tribunais aderentes, bem como a novidade trazida quanto a Meta 2, com a inclusão do julgamento de 100% dos processos mais antigos, autuados até 2018. Indicou o percentual de atingimento em cada uma das Metas, bem como qual o projeto apresentado e com qual laboratório de inovação realizou-se parceria para o cumprimento da Meta 9. Na sequência, passou a informar sobre as Metas 1, 2, 4 e 9 para a Justiça Eleitoral para o ano de 2025, aprovadas no 18ª Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido em 02 e 03 de dezembro de 2024, na cidade de Campo Grande – MS. Destacou as regras de negócio aplicadas às Metas em 2025. Destacou a inovação no tocante ao período de aferição da Meta 1, que passou de 01/01 do ano corrente para 20/12/24. Ressaltou que o glossário de metas já foi publicado. Noticiou o resultado da consulta pública aplicada pelos TRE's aderentes para as metas nacionais da Justiça Eleitoral para o ano de 2026, que recebeu um total de 1.326 respostas. Destacou que a consulta foi aberta a qualquer interessado(a), podendo ser respondida durante o período de 19 de fevereiro a 10 de março desse ano. Para garantir a impessoalidade foram exigidos apenas o perfil, facultando a inserção de e-mail. Apresentou brevemente o perfil dos respondentes, os quesitos que compuseram a consulta pública apresentada e o resumo das respostas apresentadas pelos respondentes. A Secretária destacou que foram apresentadas 499 manifestações pelos respondentes, dentre as sugestões apresentadas mais relevantes, ainda não contempladas nas atuais metas nacionais, estão a criação de ações na temática "promoção da educação política", bem como criação de meta para aferir o cumprimento dos processos das classes administrativas eleitorais, bem como dos processos de execução judicial.

Na sequência, foi dada a palavra para os representantes dos TREs, iniciando pelo representante do TRE-CE e após seguindo a ordem alfabética.

TRE – CE

Dr. TIAGO DIAS DA SILVA: fez sua audiodescrição. Falou sobre a criação do CNJ, seus objetivos e especificidades. Enfatizou o Prêmio CNJ de Qualidade Excelência percebido pelo TRE-CE, ao obter pontuação máxima no país. Apresentou os avanços e desafios enfrentados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) no cumprimento das metas estabelecidas para 2024. Esclareceu que a Meta 1 foi integralmente cumprida, apesar das dificuldades representadas pelas eleições municipais, a qual ocasionou um aumento significativo no número de processos. Houve também um acréscimo nas



demandas de representações e direito de resposta em propaganda eleitoral irregular, além da atuação do programa Regulariza JE, que impactou diretamente os trabalhos do Tribunal. Em contrapartida, enalteceu a utilização da ferramenta Janus, inteligência artificial, e dos painéis de dados estatísticos, fundamentais para a execução e monitoramento das atividades. As Metas 2 e 4 foram cumpridas com êxito, e a Meta 9 trouxe avanços importantes na área de sustentabilidade, com o projeto "Menos papel é mais", em parceria com o TRE-PE. Para 2025, o TRE-CE traçou um plano de ação ambicioso, com foco no julgamento dos processos de prestação de contas de candidatos não eleitos e partidos políticos até abril de 2025, visando a redução do estoque processual. Pontuou que a Coordenadoria Judiciária de 1º Grau tem sido crucial para a correta aplicação das normas eleitorais, especialmente nos casos que podem resultar em perda de mandato e inelegibilidade. O Tribunal reafirmou seu alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, destacando o compromisso com a inovação, a eficiência e a sustentabilidade. O agradecimento foi estendido ao corpo funcional, cujo esforço garante à sociedade uma Justiça Eleitoral mais ágil e eficaz.

TRE – AL

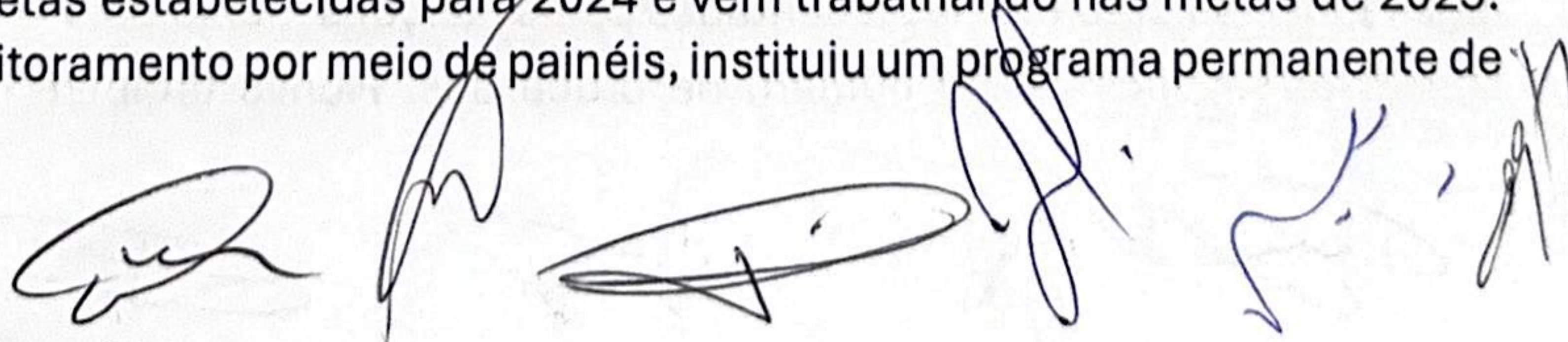
Iniciando pelo representante do TRE-AL, Dr. HEBERTH HENRIQUE ARAÚJO PINHEIRO: fez sua audiodescrição. Falou sobre a importância das metas para o fortalecimento do judiciário e da Justiça Eleitoral, abordou a governança na gestão do TRE-AL e do fortalecimento da democracia. Asseverou os desafios enfrentados pelo TRE-AL para cumprimento das metas, tendo adimplidas todas com êxito, apesar da carência de pessoal suficiente e do volume processual. Ressaltou como avanços o auxílio dos painéis de BI e outras tecnologias para o alcance da meta vindoura, bem como dos treinamentos regulares.

TRE – AM

Dra. MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CAMARA CHAVES DO CARMO: fez sua audiodescrição. Parabenizou a iniciativa. Falou da missão que é dar garantia à cidadania, considerando os desafios específicos de cada região. Dada a peculiaridade do AM, ressaltou as dificuldades geográficas, logísticas e sociais. Enfatizou a tecnologia como aliada à realização dos propósitos do TRE-AM. Fez menção à utilização de ferramentas, forças-tarefas como fatores que contribuem para o cumprimento das metas no Amazonas. Ressaltou a necessidade de serem verificadas as especificidades locais, sem serem as definições das metas consideradas de modo isolado. Mencionou como imperiosa a necessidade de que as decisões do Judiciário sejam pautadas no diálogo, para promoção de uma justiça participativa e justa.

TRE – MG

Dr. CARLOS DONIZETTI FERREIRA DA SILVA: fez sua audiodescrição. Relatou que o TRE-MG cumpriu as metas estabelecidas para 2024 e vem trabalhando nas metas de 2025. Tem adotado monitoramento por meio de painéis, instituiu um programa permanente de



monitoramento. Para o cumprimento das metas anuais realizam perene monitoramento das metas pelos painéis citados, além de programa de monitoramento permanente, instituição do selo permanente de melhores práticas no âmbito dos cartórios eleitorais. Lembrou a conquista do Prêmio Inovação do Poder Judiciário na categoria 'Serviços Judiciários Inovadores aos Usuários' pelo projeto 'Preste atenção nas contas! É legal e pode ser fácil!' pelo TRE-MG, TRE-AL e TRE-MA voltado aos processos de prestação de contas nas eleições 2024. Quanto a elevação das Metas 2 e 4, entende que devem ser avaliadas por uma equipe técnica, devendo ser uma meta exequível. Entende que quanto a meta 9 deve ser mantido um projeto. Reforça a importância desse momento de interação com a sociedade. Destacou o cumprimento das metas estabelecidas para 2024 pelo TRE-MG e o trabalho contínuo para o cumprimento integral das metas de 2025. Dr. Carlos mencionou a adoção de um monitoramento sistemático por meio de painéis gerenciais e a criação do Programa Permanente de Acompanhamento de Processos no 1º Grau, além do Selo de Eficiência na Gestão Processual do 1º grau. Em relação à Consulta Pública realizada no Estado, dr. Carlos sugeriu que os regionais façam levantamentos internos para avaliar a possibilidade de elevação dos percentuais de julgamento para as metas 2 e 4. Ele também mencionou a importância de manter na meta 9 somente 1 projeto de inovação em parceria com outros órgãos para 2026, devido à complexidade das eleições gerais. Por fim, destacou que a maioria dos respondentes da Consulta Pública opinou pela não indicação de novos temas ou metas específicas para 2026. Ele agradeceu a atenção de todos e reforçou a importância da interação da Justiça com a sociedade.

TRE - PA

Dr. MARCUS ALAN DE MELO GOMES: fez sua audiodescrição. Falou da alegria em participar do evento. Com relação ao cumprimento das metas, destacou a realização da CRE, a qual fazia oficinas personalizadas durante as inspeções para auxiliar as zonas eleitorais nas autuações e demais andamentos processuais. Para as eleições municipais, foi desenvolvida a atendente virtual Karen, uma atendente personalizada com o uso de Inteligência Artificial, para que as zonas eleitorais pudessem sanar as suas dúvidas nas representações, poder de polícia e ações cíveis eleitorais. Todas essas ações foram muito importantes e efetivas, tanto que o grau de cumprimento da meta 1 no primeiro grau foi superior a 100%. Preocupando-se com a necessidade de julgamento dos processos mais antigos, o TRE-PA instituiu o Projeto Acervo Zero, desenvolvido com o objetivo de identificar e proporcionar condições para julgamento desses processos por parte do Tribunal. Destacou igualmente o projeto "Monitora jud", criação de processo de trabalho específico para o atingimento da Meta 1. Instalou o espaço físico do laboratório de inovação denominado de Aldeia iLab, pensado como um ambiente adequado para experimentar, inovar e desenvolver soluções para os desafios da administração pública e a "Ação Resolva", em parceria com órgãos locais e apoio do governo para emissão de documentos voltados ao público em geral.

TRE - PR

DESEMBARGADOR MARCEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO: fez sua audiodescrição. Falou sobre as dificuldades de recursos tecnológicos, escassez de servidores, volumes elevados de processos. Constantes inovações exigem atualização perene do corpo



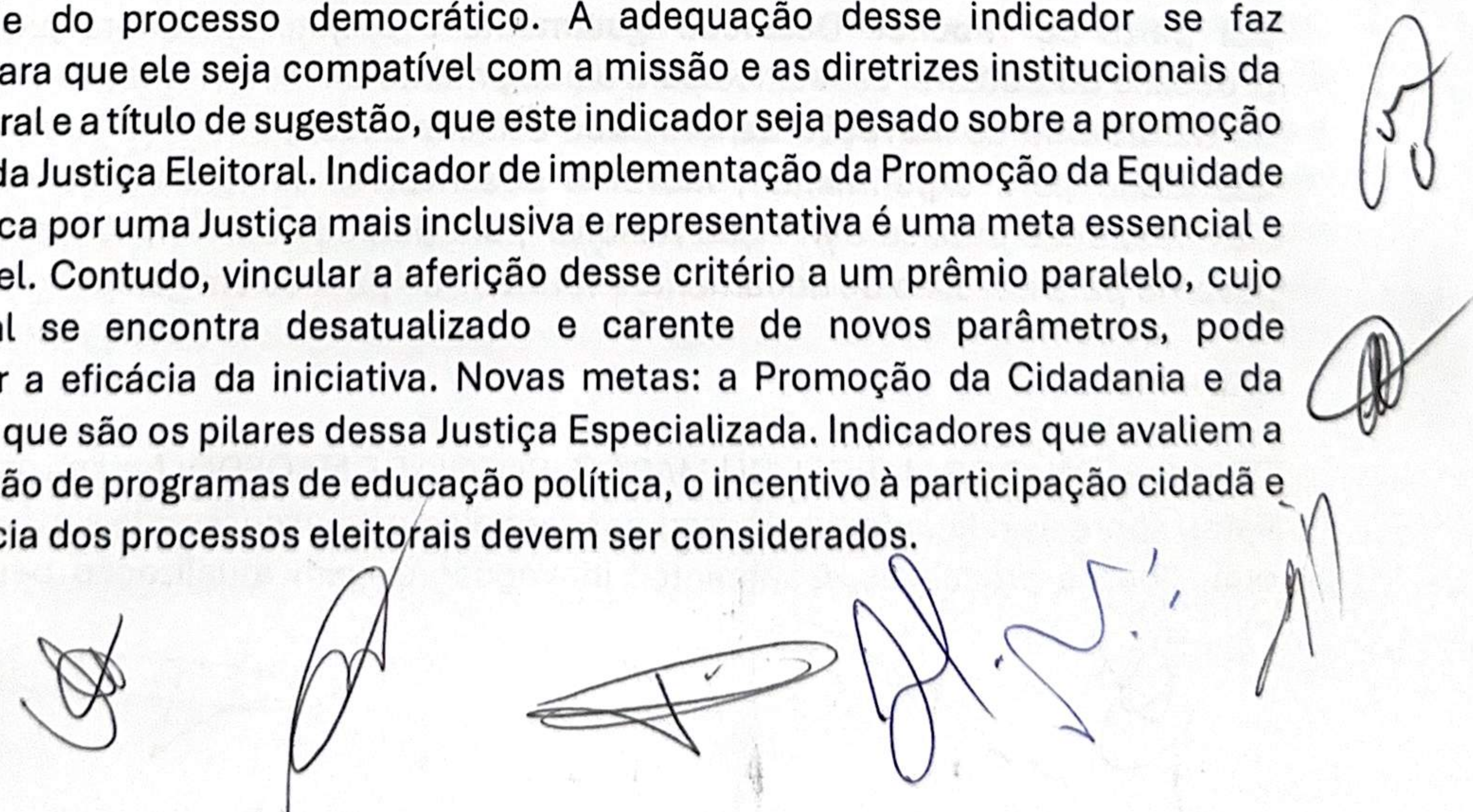
funcional. Experiências bem sucedidas são replicadas na prestação jurisdicional, ferramentas de inteligência artificial tem otimizado os julgamentos. O compromisso da Justiça Eleitoral vai além do cumprimento de metas. Enfatiza a importância de não perder a qualidade dos julgamentos. O prêmio CNJ desafia os servidores e magistrados na busca de inovação e eficiência.

TRE – RO

Dr. GUILHERME RIBEIRO BALDAN: fez sua audiodescrição. No TRE-RO, o esforço institucional para o cumprimento das metas nacionais tem impulsionado a adoção de iniciativas estratégicas voltadas à mobilização da força de trabalho e dos magistrados e o monitoramento constante da produtividade processual. Para cumprimento da meta foram ressaltados os atos concertados e as parcerias para julgamento dos processos de prestação de contas com outras entidades, como o Tribunal de Contas e a Secretaria da Fazenda. Destacou a utilização de painéis estatísticos para o cumprimento das metas, bem como a realização de reuniões semanais. Em relação à 2024 teve como desafio maior a mobilização da força de trabalho. Para 2025, o maior o desafio é a prestação de contas levando em conta o financiamento de campanhas, o que torna o processo mais complexo. Em relação à meta 2, falou do impacto do sobrestamento no final do exercício. Para 2026 relembra os desafios de 2024 e as eleições futuras. Precisam serem levadas em conta as peculiaridades de cada Regional. Agradeceu a participação e a iniciativa.

TRE – RR

Dr. PHILLIP BARBEUX SAMPAIO BRAGA DE MACEDO: fez sua audiodescrição. Agradeceu o convite. Relatou desafios estruturais, o indicador DJEn, apresenta uma limitação significativa: sua implementação depende exclusivamente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso significa que, ainda que os Tribunais Regionais Eleitorais demonstrem total empenho em atender a esse requisito, sua concretização escapa à esfera de atuação direta dessas cortes. Indicador de Gestão Documental, o qual se concentra em grande peso sobre o descarte documental. Embora o gerenciamento eficiente de documentos seja essencial para a modernização do Judiciário, é necessário reconhecer a peculiaridade do acervo da Justiça Eleitoral, que possui caráter permanente. A obrigatoriedade de descarte documental não pode ser aplicada da mesma forma que em outras esferas do Judiciário, pois a legislação vigente determina que os registros eleitorais sejam preservados integralmente, garantindo a memória e a confiabilidade do processo democrático. A adequação desse indicador se faz necessária para que ele seja compatível com a missão e as diretrizes institucionais da Justiça Eleitoral e a título de sugestão, que este indicador seja pesado sobre a promoção da memória da Justiça Eleitoral. Indicador de implementação da Promoção da Equidade Racial. A busca por uma Justiça mais inclusiva e representativa é uma meta essencial e inquestionável. Contudo, vincular a aferição desse critério a um prêmio paralelo, cujo modelo atual se encontra desatualizado e carente de novos parâmetros, pode comprometer a eficácia da iniciativa. Novas metas: a Promoção da Cidadania e da Democracia, que são os pilares dessa Justiça Especializada. Indicadores que avaliem a implementação de programas de educação política, o incentivo à participação cidadã e a transparência dos processos eleitorais devem ser considerados.



TRE – RS

Dr. VOLNEI DOS SANTOS COELHO: fez sua audiodescrição. Destaca, inicialmente, a participação de 10 tribunais nesta audiência. Ato contínuo, seguiu falando sobre a consulta pública, a qual chamou atenção ao destacar o esvaziamento da mão de obra e a necessidade de capacitação do corpo funcional ao cumprimento das metas. Entende imperioso impor-se um quadro funcional treinado e motivado, em que pese hoje a tecnologia disponível. A sensibilidade humana ainda é prevalente. O maior patrimônio é o humano. TREs precisam estar irmanados para o presente e com olhar voltado ao futuro para prestar um serviço adequado à sociedade. Mencionou a importância da valorização dos servidores, sempre muito comprometidos e capacitados para que a prestação dos serviços ao cidadão seja ágil e qualificado. Manifestou a preocupação quanto ao esvaziamento do quadro de pessoal dificultando o cumprimento das metas.

TRE – TO

Dra. SILVANA MARIA PARFIENIUK: fez sua audiodescrição. Falou do juízo de cooperação visando a construção de novas metas e das ações conjuntas voltadas à prestação de um serviço ideal aos cidadãos brasileiros.

Dr. ALEXSANDER OGAWA: fez sua audiodescrição. Esclareceu as razões que os levaram ao não cumprimento da meta 4. Ressaltou que buscam continuamente superar as dificuldades para colaborar com desenvolvimento da Justiça brasileira. Sugestões de novas metas a educação política e acessibilidade e inclusão. Para 2025, intuem a continuidade da motivação de servidores e magistrados, utilização dos painéis e outras ferramentas e funcionalidades.

Após, abriu-se espaço para a coleta de sugestões daqueles que se inscreveram previamente.

Breitner de Brito Gordinho (Servidor TRE-AM) apresentou duas sugestões: Sugestão 1 – Investimento em capacitação e formação continuada. A destinação de recursos para treinamento de servidores e magistrados deve ser uma prioridade, especialmente com foco em inovações tecnológicas e melhores práticas de gestão de processos. Um corpo técnico bem treinado melhora significativamente a qualidade dos julgamentos e agiliza a resolução dos casos, garantindo um atendimento mais célere e eficaz à população. Sugestão 2 – Ampliação do uso de inteligência artificial e automação. Adoção de sistemas de inteligência artificial e análise de dados para priorizar processos críticos e otimizar a gestão judicial. Isso permitiria identificar rapidamente casos que exigem atenção urgente e aprimorar a eficiência do sistema. Além disso, a automação processual, com o uso de técnicas de aprendizado de máquina, reduziria tarefas repetitivas, otimizaria a prestação jurisdicional e agilizaria a tomada de decisões dentro dos tribunais.

Maria Novais Miranda Neta – representando o TRE-CE - estudante de direito da UNLEÃO, fez sua audiodescrição. Trouxe como sugestão fazer uma aproximação do TRE-CE com a educação básica, ressaltando a dificuldade de exigir a maturidade como eleitor para



os jovens, mas não oferecer a eles mecanismos para que se torne viável o exercício da cidadania. Principalmente escolas públicas, para que seja possível uma efetiva democracia.

Vitória Sabrina de Moura Silva – representando o TRE-CE - estudante de direito da UNILEÃO, fez audiodescrição. Propõe a realização de convênio entre o TRE-CE e as instituições de ensino, especialmente de direito através dos seus grupos de pesquisa. Destaca que a implantação de grupos de pesquisa, irá gerar impacto social.

Fernando Peres – observatório legal da inteligência artificial. Fala sobre a importância da IA e sua regulamentação. Destaca que já é uma realidade na justiça sendo uma ferramenta que poderá auxiliar no cumprimento das metas nacionais. Pode ser utilizada, inclusive, na identificação de fraudes e no combate aos ilícitos eleitorais, mas precisa de regulamentação.

Cariny Baleeiro Tadiotto Cielo – Servidora do TRE-RO. Propõe como meta para 2026 a educação voltada para o processo eletrônico de votação, para que haja uma entrega de qualidade. Se coaduna com a Resolução do CNJ que trata do enfrentamento à desinformação.

Fábio Zanco de Oliveira Ferraz – Servidor do TRE-RO - Destaca que o CNJ deverá atualizar os painéis de monitoramento. Apresentou como proposta com relação a meta 2 – segunda parte, como é ano de eleição, a diminuição do percentual para 95%.

Terminada a coleta de sugestões, o cerimonial encerrou a audiência pública.

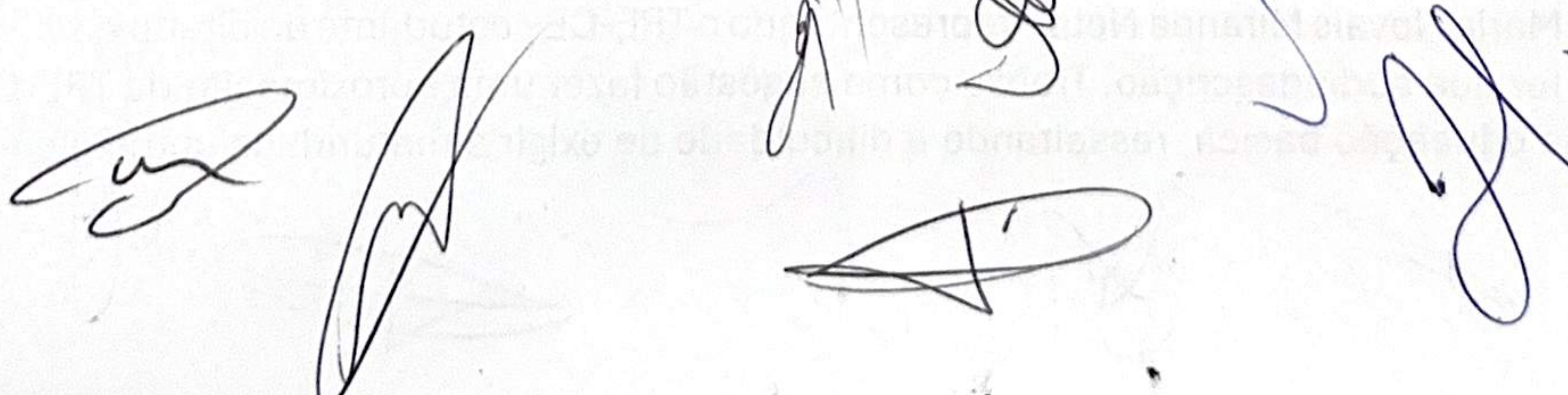
DELIBERAÇÕES

Permanência das metas 1, 2, 4 e 9 para a Justiça Eleitoral no ano de 2026;

Encaminhar as sugestões coletadas para a avaliação do Conselho Nacional de Justiça.

Ata da Reunião registrada por Sabrina d'Henrique Pierre, Assessora de Acompanhamento e Gestão Estratégica do Prêmio CNJ de Qualidade e revisada por Renata Arraes Barroso Araújo, Coordenadora de Análise de Dados e Estatística, servidoras da Secretaria de Planejamento Estratégico e Gestão do TRE-CE.

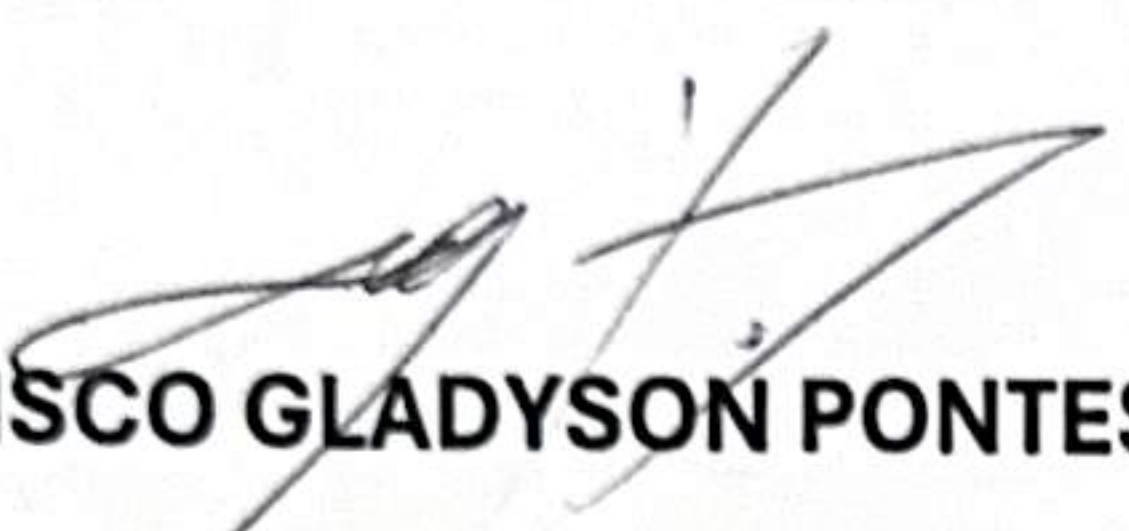
Juazeiro do Norte, 21 de março de 2025.





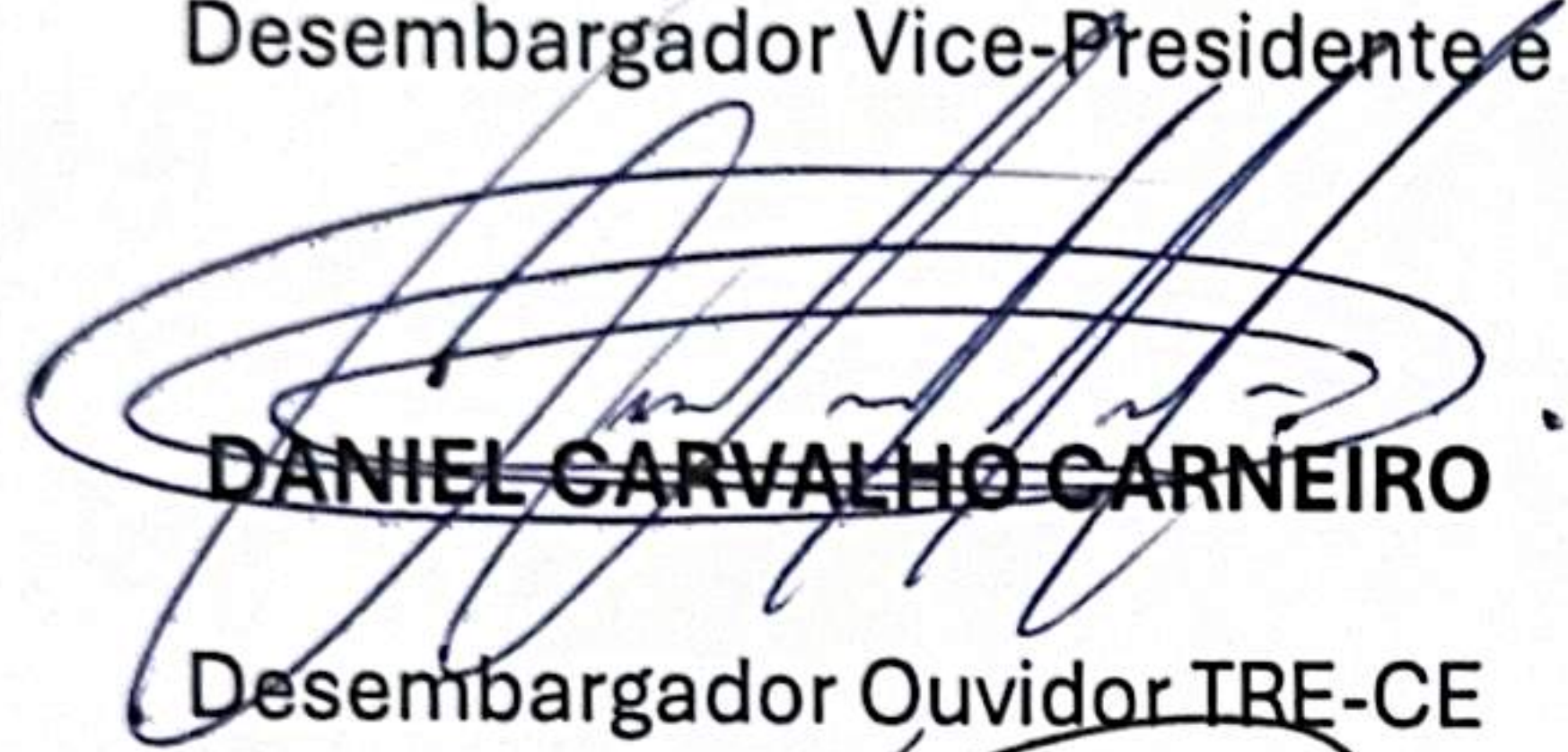
RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

Desembargador Presidente e Magistrado Supervisor do Núcleo de Cooperação
Judiciária TRE-CE



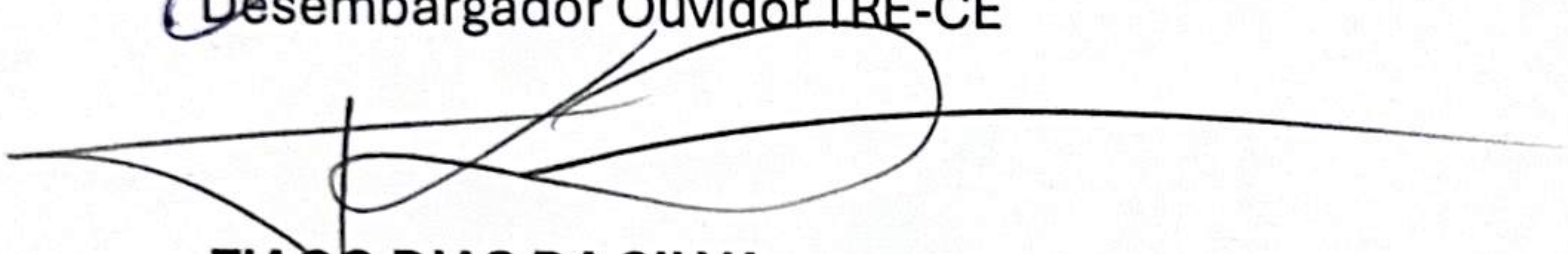
FRANCISCO GLADYSON PONTES

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral TRE-CE



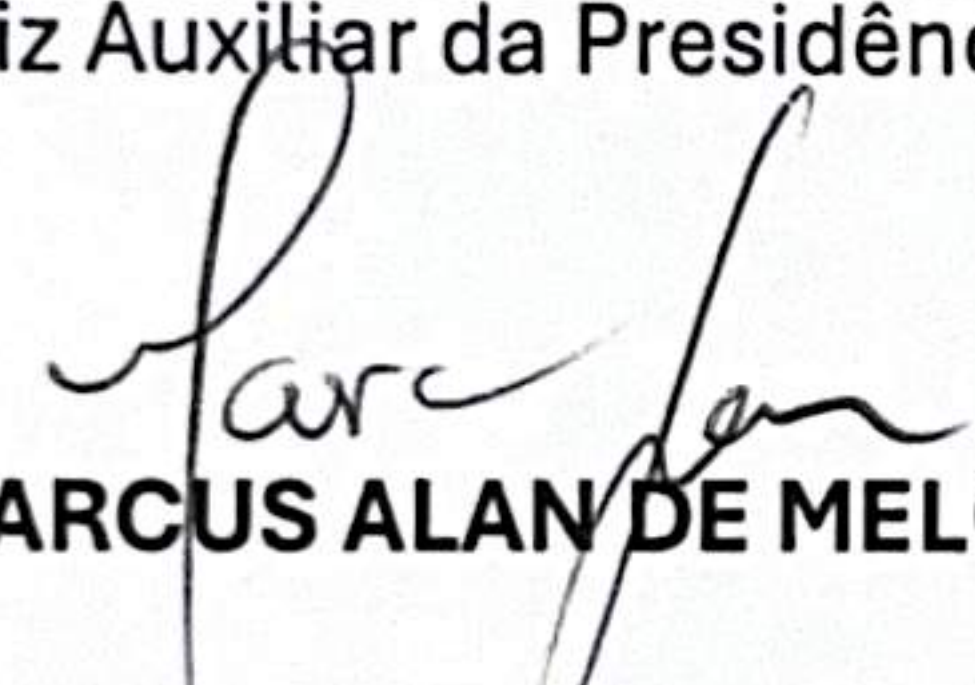
DANIEL CARVALHO CARNEIRO

Desembargador Ouvidor TRE-CE



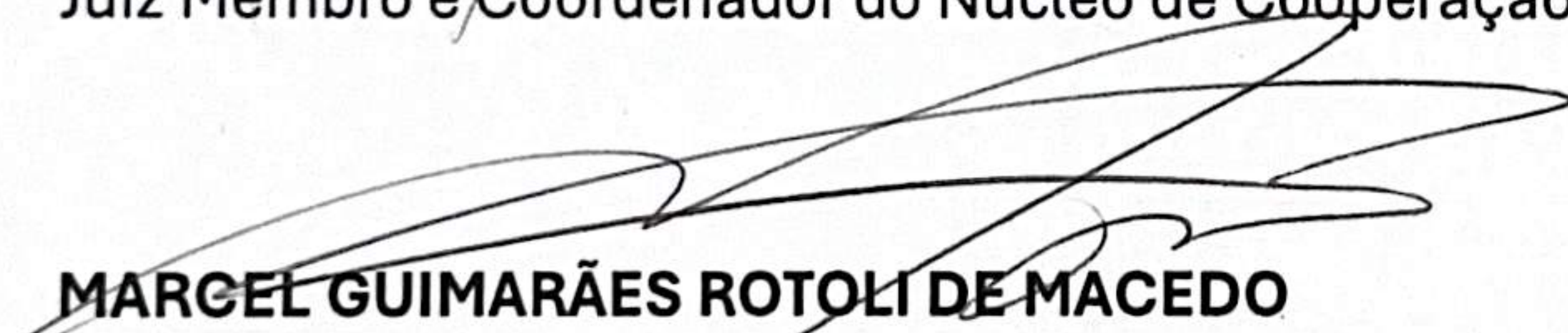
TIAGO DIAS DA SILVA

Juiz Auxiliar da Presidência TRE-CE



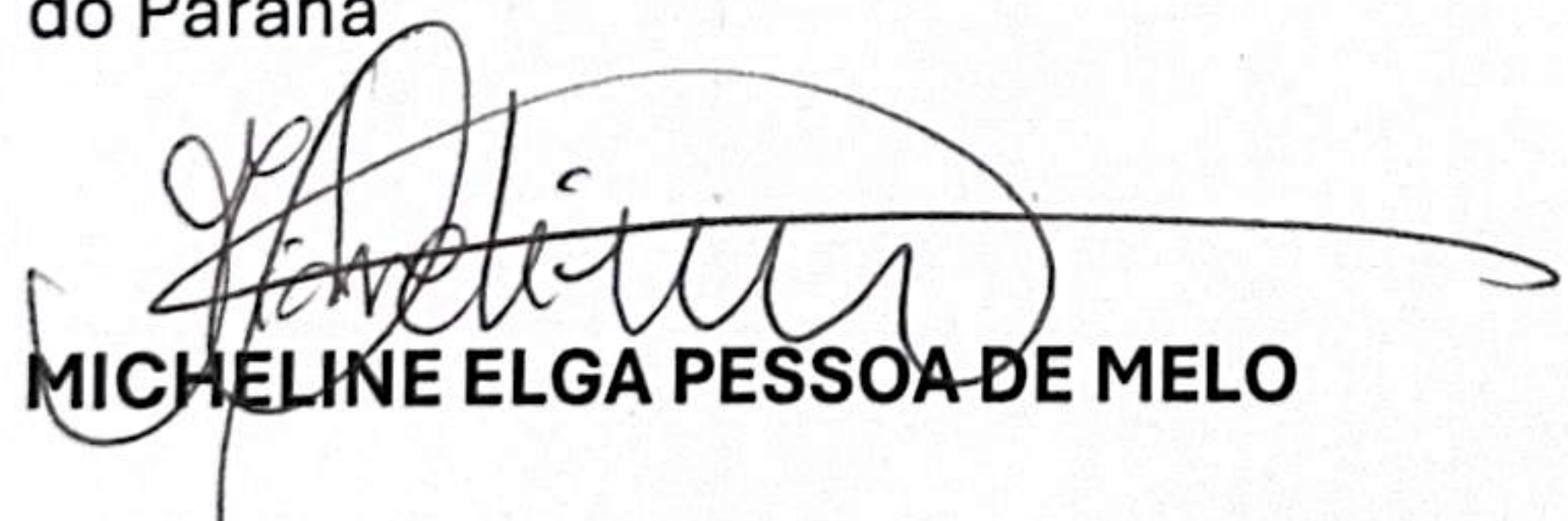
MARCUS ALAN DE MELO GOMES

Juiz Membro e Coordenador do Núcleo de Cooperação TRE-PA



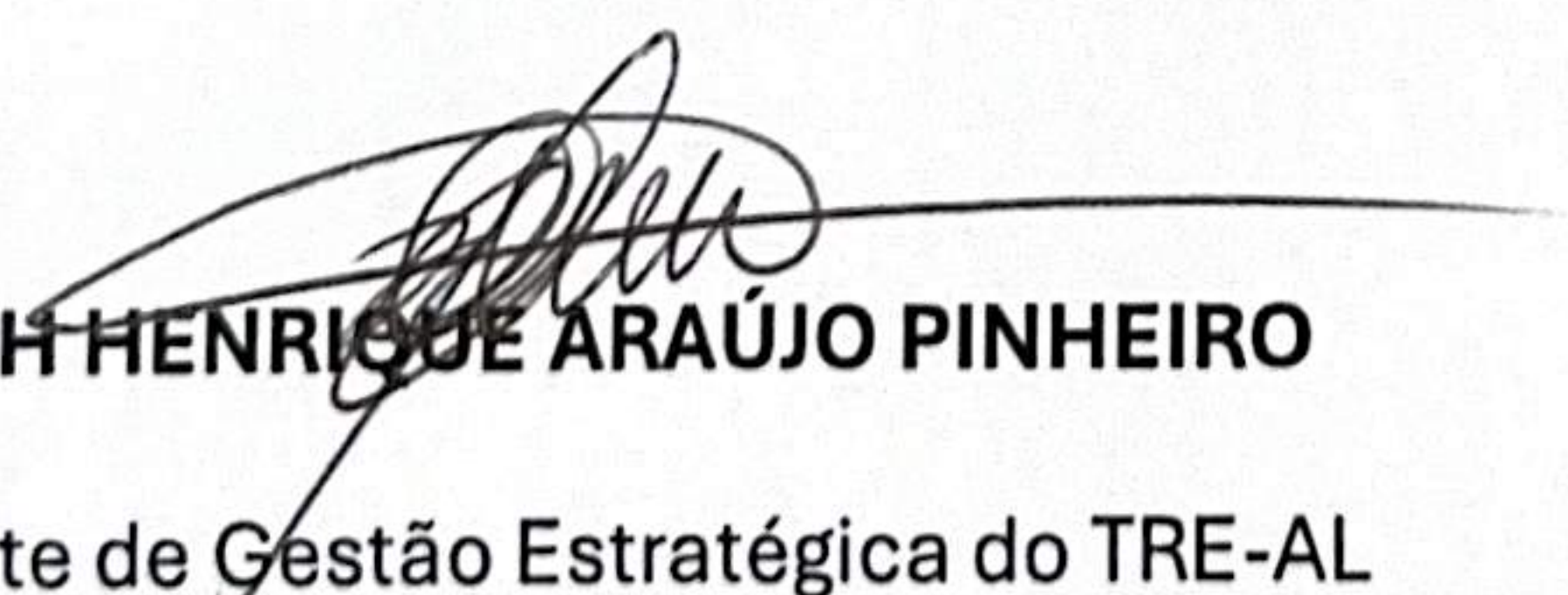
MARGEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO

Desembargador Representante do Núcleo de Cooperação Judiciária da Justiça Eleitoral
do Paraná



MICHELINE ELGA PESSOA DE MELO

Secretária de Planejamento Estratégico e Gestão TRE-CE



HEBERTH HENRIQUE ARAÚJO PINHEIRO

Assistente de Gestão Estratégica do TRE-AL